

NA CAPITAL ITALIANA

RETOMADA DISCUSSÃO DE QUESTÕES MILITARES

As delegações do Governo e da Renamo às conversações de paz para Moçambique em Roma retomaram segunda-feira a abordagem das questões militares para finalizar a determinação das modalidades para a formação do Exército unificado, número dos seus efectivos e os mecanismos do funcionamento do seu comando conjunto.

Depois da interrupção verificada na semana passada, motivada pela cimeira entre o Presidente moçambicano Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, as duas delegações retomaram o «dossier» militar ontem de manhã, com encontros separados com os mediadores.

Uma significativa lista de matérias específicas, inclusas neste terceiro ponto da agenda, continua a carecer de acordos definitivos, sabendo-se contudo que as partes atingiram já entendimentos «de princípios» em torno das questões centrais.

Segundo informações da mediação italiana, as partes atingiram já posições «mais convergentes do que divergentes», em torno de questões como o número dos efectivos do futuro Exército único, as modalidades de desmobilização dos respectivos excedentes militares e sua posterior reintegração social e económica, a extensão da participação das Nações Unidas e de países convidados para a formação do futuro Exército e a supervisão do cessar-fogo e da plena aplicação dos protocolos de Roma durante o período de transição até às eleições gerais multipartidárias.

A julgar pelas mesmas informações,

a mediação terá ainda que trabalhar com suficiente habilidade, para levar o Governo e a Renamo a um acordo final sobre o número dos efectivos das futuras forças armadas unificadas.

Sabe-se, a esse respeito, que na sua última proposta de síntese, os mediadores propuseram às partes um Exército de 24 mil homens, contra os 15 mil defendidos pela Renamo, e os 50 mil inicialmente propostos pelo Governo.

Segundo o próprio líder do movimento armado, Afonso Dhlakama, a Renamo teria aceite o número proposto pela mediação, tendo o Governo, por seu lado, proposto ultimamente um exército de 34 mil homens.

Contudo, e segundo o Presidente Joaquim Chissano, ao aceitar a última proposta da mediação, a Renamo tê-lo-ia feito mediante condições que seriam inaceitáveis para o Governo.

A Renamo estaria a pretender participar com mais de metade das forças terrestres, como compensação ao facto de não poder partilhar com o Governo os efectivos da Marinha, cujo total seria de 800 homens.

Segundo o raciocínio do Governo, a Renamo, ao propor inicialmente um

Exército reduzido de quinze mil homens, teria como estratégia, integrar nas forças terrestres a quase totalidade dos seus homens, «oferecendo» em troca, ao Governo, um ramo pouco determinante das Forças Armadas moçambicanas, como é a Marinha.

Outra questão aparentemente ainda objecto de divergências, é aquela

relativa ao futuro do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), que a Renamo pretende ver simplesmente desmantelado.

As partes e a mediação estão, contudo, pressionadas pelo tempo: conforme a declaração conjunta do passado dia 7, todas as matérias pendentes, e aquelas relacionadas com as garantias pedidas pela Renamo, deverão ser concluídas antes do final do próximo mês de Setembro visto que até ao dia primeiro de Outubro deve ser assinado o acordo geral de paz.

1/1

DA "NOTÍCIAS" DEL 12. 8. 1992

A CIMEIRA DE ROMA

Por Dr. Domingos Arouca*

2-58/92(Lisboa) Poucas vezes terá o povo moçambicano vivido momentos de angústia e expectativa como os que decorreram na semana passada com os olhos e sentidos fixos em Roma para ver se o fumo branco subiria ao céu.

Goraram-se as justas e merecidas expectativas e a desilusão aumentou no coração do martirizado povo.

Na conferência de Imprensa que o Presidente Chissano deu em Maputo, no dia da sua partida para Roma, afirmou que a cimeira estava já a ser preparada há cerca de um ano, que as exigências da Renamo não se afiguravam inoportáveis e que seria uma catástrofe se não se conseguisse um cessar-fogo.

Estas presidenciais declarações suscitam algumas apreciações, porquanto, se se sabia que a cimeira estava a ser organizada há um ano o mínimo que se podia exigir de um Governo era que, chegado o momento de o Presidente se retirar para Roma, a casa estivesse devidamente arrumada.

Em vez disso, as tropas amotinaram-se, mais uma vez, em vários quartéis com fundamento em alegados atrasos no pagamento dos seus salários. Nesse atraso incluía-se um relativo a retroactivos de 1991! E porque as movimentações militares em África têm quase sempre desfechos imprevisíveis e dolorosos, isso obrigou Chissano a desviar as suas atenções dos trabalhos da cimeira para acções mais relacionadas de perto com o saneamento de levantamento castrense. Não se dirá, porém, que foi por essa circunstância que a cimeira se gorou, pois mais há a considerar.

Declarar que as reivindicações que a Renamo está a fazer não são por aí além, é encorajar o seu adversário a aumentá-las quantitativa e qualitativamente. Mesmo que esse fosse o caso, não cabia ao Presidente de Moçambique afirmá-lo, e sim a Dhlakama. Ao Presidente Chissano cabia sustentar o contrário, isto é, que o que o seu adversário exigia era inaceitável, para que, ao ceder, parecesse que estava a fazer um grande esforço e uma excepcional cedência.

No que concerne à referência a "catástrofe", se não houvesse acordo de cessar-fogo, Chissano fez perceber a Dhlakama que estava ansioso por obter a paz e que se achava disposto a fazer as cedências que fossem julgadas necessárias. Não queria era regressar a Maputo de mãos vazias, porque seria a "catástrofe", apelo este que foi entendido por mediadores, observadores e todo o demais pessoal envolvido na questão, os quais acabaram por actuar em conformidade com a ansiedade expressa pelo Presidente da Frelimo.

E a que catástrofe se referia o Presidente

moçambicano? Ninguém ignora que a Frelimo de hoje é uma capoeira onde cantam vários galos, ao contrário da Frelimo de Samora Machel. Entre eles há os que são pura e simplesmente contrários à iniciativa de diálogo com a Renamo, porque ainda nutrem a esperança de ganhar a guerra pelas armas, havendo ainda aqueles que pensam, embora concordando com o princípio das negociações, que é cedo para tal iniciativa, por ainda não estarem reunidas as condições para o efeito.

Para neutralizar uns e outros Chissano necessitava de apresentar, à sua chegada a Maputo, uma prova de que o acordo de cessar-fogo iria ser assinado em breve. Mas irá de facto ser assinado até 1 de Outubro de 1992?

Não querendo, nem desejando ser um profeta do mal, a verdade é que existe uma longa lista de matérias a debater pelas duas delegações, algumas delas de reconhecido melindre e em relação às quais as partes em conflito não lograram entender-se durante dois anos que as conversações têm vindo a alongar-se. Poderão esses escolhos ser superados agora, em mês e meio? Se isso era possível, por que não o fizeram antes? Por que razão tem estado o povo moçambicano todo este tempo a sofrer a fome, a miséria e toda a gama de violências? Se os beligerantes acham possível a assinatura do acordo de paz, dentro de mês e meio, por que razão não decretaram já as tréguas? Por que motivo há-de o povo sofrer por mais mês e meio? Todo este penoso delongar pareceria verdadeiramente incogruente se as suas águas não corressem, de facto, como correm, em zonas mais profundas.

Compreende-se perfeitamente o interesse da Lonrho em todo este processo. Na verdade, a Lonrho é o principal proprietário das minas de cobre do Zimbabwe, pelo que anseia pelo termo da guerra para poder pôr em funcionamento pleno o correr da Beira, saída natural dos seus produtos para o exterior. Por outro lado, a Lonrho é o principal investidor privado em Moçambique, designadamente no turismo, na agricultura e projectos mineiros, para mencionar apenas alguns dos mais conhecidos.

Depois desta cimeira, nada será como dantes, pois sente-se que as negociações mudaram já de patrão e que a curto prazo, o cenário será diferente, dominado agora abertamente pela Grã-Bretanha. Não haja a menor ilusão a esse respeito.

No sábado à noite, quando Chissano apareceu na televisão portuguesa ao lado de Dhlakama para darem uma entrevista conjunta, o primeiro limitou-se a falar praticamente em seu nome próprio e não como

Presidente da Frelimo, o que pode significar que não conta com o apoio dos "históricos" do seu partido. É inegável que surgiu em Roma como a parte dialogante mais frágil.

Pode concluir-se, a partir do que se passou em Roma, que Chissano deseja mais veementemente a paz do que a Renamo, a qual não parece ter pressa, certamente por julgar que o tempo joga a seu favor, e que precisa desse tempo para organizar um partido político que ainda não possui. Isso mesmo ressalta das palavras proferidas por ambos no final da cimeira.

Para Dhlakama, que se vangloria de ter vencido militar e politicamente a Frelimo numa guerra que os seus 20 000 homens derrotaram os 65 000 soldados da Frelimo:

" Não vou confirmar que será essa data, embora seja o que nós queríamos que fosse. Isso vai depender também da flexibilidade por parte do Governo. Há certas questões que ainda não foram acordadas. Ainda há problemas sobre efectivos do futuro Exército, actuação da polícia. Os mediadores propuseram 24 mil homens no Exército, mil na Força Aérea e 800 na Marinha. Nós queríamos só 15 mil, mas a Frelimo ainda está a exigir um Exército de mais de 35 mil".

E que diz Chissano?

" Propus a Dhlakama o fim imediato das hostilidades, mas ele recusou".

" Os problemas que ainda subsistem são de carácter técnico e não justificam a continuação dos combates, já que as questões essenciais foram resolvidas durante as conversações de Roma"

Vejamos: existem nítidas contradições entre as declarações de um e de outro. Com efeito, Dhlakama afirma existirem ainda questões que não foram acordadas, enquanto Chissano diz que as questões essenciais foram resolvidas na cimeira, o que só pode significar que um deles está a faltar à verdade.

Esta primeira cimeira moçambicana serviu fundamentalmente para o nosso país compreender, de uma vez por todas, que a guerra civil em curso nada tem a ver com o nosso povo, mas com interesses estrangeiros. Tornou-se claro que a Renamo e a Frelimo estão igualmente enfeudados a centros de poder estrangeiros e que foram muito pressionados por estes no sentido de encontrarem uma saída para o conflito, apenas porque, tendo o país deixado de produzir, esses mesmos interesses estrangeiros passaram a ter, não lucros fabulosos que esperavam, mas prejuízos avultados, situação considerada intolerável e inadmissível num país com tantas potencialidades económicas, como é o NOSSO.

O tempo, que é sempre o melhor juiz, acabou por

mostrar quais são, de facto, os partidos políticos moçambicanos que defendem interesses estrangeiros no país, o que contraria também as manipulações das pré-campanhas eleitorais da Frelimo junto das populações. No que diz respeito à Renamo, basta ver o seu Presidente em Roma, ostensivamente acompanhado do velho senhor britânico, Tiny Rowland, director-geral da Lonrho, em cujo avião viaja com frequência à boa maneira colonial.

Por mais de uma vez já afirmámos que não temos, em princípio, nada contra as multinacionais. Pensamos até que são bem-vindas em Moçambique, desde que cumpram as nossas leis e actuem de acordo com as nossas premências e objectivos, sejam elas britânicas, japonesas, sul-africanas ou liliputianas.

Contra todas as aparências, não foi Mugabe o artífice desta cimeira, mas a multinacional Lonrho que o incumbiu de tal. O próprio Tiny Rowland disse aos jornalistas, que " em nome das relações "amigas" que mantinha com os Presidentes Chissano e Dhlakama, tinha achado por bem meter mãos à obra".

Bem vistas as coisas, Zimbabwe gasta com a guerra de Moçambique cerca de um milhão de dólares/dia, dinheiro que não tem, mas que se advinha donde provem e porquê. Conhece-se também o sonho megalómano de Mugabe de vir um dia a reconstruir o antigo império de Monomotapa, através da anexação da zona centro do nosso país, ficando o sul a constituir um simples bantustão boer, para calar a África do Sul.

Com efeito, vem de longe, mas continua bem vivo, o sonho de partilha de Moçambique pelas potências vizinhas e seus protectores europeus, o qual se tem tornado cada vez mais consistente, à medida que vão concluindo que não temos capacidade para nos governarmos e que só servimos para criar confusões e perturbações na área, desestabilizando até os Estados vizinhos.

Essa divisão territorial nunca poderia sequer imaginar-se se, após a nossa independência, tivéssemos começado a trabalhar ordeiramente e em paz, sem fanatismos ideológicos, não dando aso a que os pescadores de águas turvas aproveitassem a oportunidade para retalhar a nossa jovem nação.

A nossa existência como Estado soberano e unitário pode estar com os dias contados, se não soubermos distinguir o que são as relações e a cooperação harmoniosa com os outros países, num regime aberto e descomplexado de economia de mercado e o que pode vir a ser a muito curto prazo, o total enfeudamento a interesses económicos estrangeiros.

* Domingos Arouca é advogado moçambicano, residente em Lisboa.